

ASUFEGO/ELEIÇÕES

Abertura acusa diretoria de criar empresa ilegal

Integrantes da chapa *Abertura*, que disputa a diretoria da Associação dos Servidores da UFG — Asufego —, acusaram ontem os atuais diretores da entidade de “utilizarem de expedientes ilegais para a criação da empresa *Asufego — Comércio e Serviços Ltda*, a fim de especular a atividade comercial dentro da universidade”. Desde que foi criada, esta empresa se constitui numa incógnita para os funcionários, pois sua estrutura física não é conhecida e seu funcionamento se confunde com as atividades desenvolvidas pela associação.

O advogado Antônio Luiz Rodrigues Coqueiro, que encabeça a chapa, qualificou a atitude da diretoria da Asufego de “advocacia administrativa, prática proibida por lei”. Ao apontar outras irregularidades cometidas no processo de estruturação da empresa e questionar vários itens do contrato social, Coqueiro desafiou os diretores da associação a esclarecerem, de público, toda a trama que envolveu a sua criação, bem como prestarem contas da situação financeira em que ela se encontra. A chapa suspeita que a empresa esteja sendo dissolvida “da mesma forma como foi criada, ou seja, às escondidas”.

DES VIRTUAMENTO

Os candidatos à diretoria

executiva da Asufego pela chapa *Abertura* alertaram também para o fato de que a criação deste empresa significa o desvirtuamento dos objetivos da associação, definidas pelo estatuto da seguinte forma: congregar os servidores, proporcionar assistência médica, hospitalar, odontológica e farmacêutica, incentivar a prática de esportes e outras coisas desse gênero.

O objetivo da *Asufego — Comércio e Serviços Ltda*, conforme seu estatuto, é a “exploração de comércios de bares, restaurantes, lanchonetes, serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis e serviços de guarda-noturno”. Baseada nesta vasta área de atuação da empresa, a chapa duvida que o dinheiro em caixa não seja suficiente para o pagamento do acerto de contas dos 300 funcionários demitidos no início do ano.

“A pretensa legalidade da firma se assenta do fato de ela ter sido criada com referendun da assembléia, mas o que se pôde verificar é que nada disso consta em ata, assim como não se tem conhecimento de qualquer registro das atividades desenvolvidas pela empresa, cujo contrato está eivado de erros e vícios”, disse o professor Paulo Marins, candidato à vice-presidência da associação.

06/03/82 Diário da UFG